

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro/dezembro de 2015



**MUNICÍPIOS COM
MINERADORA**
**CNM ALERTA PARA
OS CUIDADOS**

Comitê de Assuntos Federativos

CNM apresenta ao governo demandas que ajudarão no

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) participou de duas reuniões do Comitê de Assuntos Federativos (CAF), uma no dia 19 de novembro e a outra no dia 24, com a presença do ministro de Relações Institucionais da Previdência da República, Ricardo Berzoini. Os encontros tiveram uma pauta composta pelo reajuste anual do piso dos professores, o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), o projeto de ampliação do Simples Nacional e a prorrogação do prazo da Lei dos Resíduos Sólidos. No entanto, os representantes do movimento municipalista também cobraram do governo um debate sobre temas como o financiamento da Saúde Pública e o pagamento de Restos a Pagar.

O vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, e alguns dos integrantes da Diretoria da entidade apresentaram ao governo a situação da maioria dos Municípios e a apreensão dos gestores com o último ano de mandato. Eles temem não encerrar bem as contas em 2016, explicou Aroldi. “Trago uma preocupação enorme quanto à crise por que passam os Municípios. Logo adiante, no encerra-

mento dos mandatos, teremos mais de 50% dos prefeitos ficha-suja. Vamos tirar essas pessoas do convívio político. É um capital que temos, a grande maioria homens e mulheres responsáveis que querem o desenvolvimento do País.”

Para a CNM, apesar de válida e importante, a pauta do CAF também deveria abordar temas como a prorrogação dos prazos para o cumprimento da Lei dos Resíduos Sólidos; a apreciação urgente de matérias do Pacto Federativo e a atualização dos programas federais. “Agradecemos pelo espaço onde trazemos nossos problemas, angústias e conhecemos também as dificuldades da União. Este Ente precisa ser mais ouvido”, ressaltou Aroldi.

Reajuste do piso dos professores

Em relação a este tema, a Confederação lamentou que ele seja recorrente no CAF, mas que não avance no Congresso Nacional. Lá tramita o Projeto de Lei Complementar (PLP) 3.776/2010, do Poder Executivo. Ele determina que a correção do piso seja com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Proposta que a CNM tam-

bém valida como a melhor para as administrações públicas municipais.

O PLP aguarda decisão no Plenário da Câmara, após receber pedido para que não fosse conclusivo nas Comissões. “Não é possível continuar com esta correção. A média que os Municípios gastam com os salários é de 80%. A grande maioria cumpre com o valor do piso, mas não com a lei na integralidade”, alertou o vice-presidente da CNM.

Representante do Ministério da Educação, Binho Marques, disse que o reajuste para o ano que vem deve ser de 11.36% – de 2009 até hoje o crescimento foi acima de 110%. “A valorização é importante, mas não temos crescimento de receita que dê conta desse aumento anual”, observou.

Em nome do movimento municipalista, o presidente da Associação de Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, chamou a atenção para a necessidade urgente de mudar este reajuste: “existem Municípios pagando mais de 100% do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] com salários e ainda



o e aos líderes partidários encerramento de mandato

complementando. A qualidade do ensino não é só professor bem pago. Temos de ter recursos para a manutenção e os investimentos. O piso é danoso. Defendemos o INPC, que é um critério justo, e os Municípios com autonomia negociariam outros meios de valorização.”

Beltrão lembrou que no dia 10 de junho deste ano a CNM apresentou requerimento para votação do PLP no Congresso. “Seria o melhor e já ajudaria logo em 2016. Além das contas que não fecham, esse reajuste é muito ruim para a educação de qualidade. Esse assunto está na pauta desde 2011, e em todas as oportunidades tratamos dele. Pedimos urgência nesta proposta”, cobrou.

“Aumentar o salário não aumenta a Educação. Todas as áreas do setor têm sido prejudicadas. Não queremos diminuir o salário do professor. Nossa proposta é a mesma do governo federal”, destacou o 1º secretário da CNM, Eduardo Tabosa.

Para o ministro Berzoini, esta é uma questão ética na valorização dos professores. “Mas nesse momento temos a queda na arrecadação, fator adicional de pressão nos Municípios. Acho que

Alteração do Simples Nacional

Outro item da pauta, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 125/2015 prevê mudanças no regime tributário Simples Nacional. A proposta “nos preocupa muito”, resumiu Aroldi. A entidade busca rever o projeto que tramita no Congresso e que pode resultar em forte perda de arrecadação para os Municípios — prejuízo de R\$ 1,5 bilhão logo em 2016. Estados e União também perderão receita. Todos os participantes presentes na reunião do CAF têm posição unânime: a matéria deve ser tratada com bastante cautela pelos parlamentares.

O presidente da Associação de Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perin, expôs o entendimento da CNM sobre o PLP. “Nos pequenos Municípios quase 100% das empresas são optantes do Simples Nacional. Sugerimos 17 emendas ao projeto. O aumento do limite não contribuiu em nada socialmente. A falta

de receita própria é um problema dos pequenos e, se não houver política de incentivo, a tendência é quebrar”, ressaltou.

Secretário do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago apresentou dados da Receita que argumentam contra o PLP. “O contribuinte que migra pro Simples reduz a carga de tributos para menos da metade. A proposta é uma desoneração tributária para empresas que hoje estão fora do limite do Simples. Isso se afasta do objetivo de apoiar as micro e pequenas empresas. O impacto é de R\$ 6,5 bilhões, em 2016, para a União. Os Municípios perdem consideravelmente como dito pela CNM.”

A Receita defende que a expansão do limite é incompatível com a realidade brasileira. “Pela proposta, a empresa poderia faturar R\$ 28 milhões e ser Simples Nacional. Ainda há remanejamentos, o que gera mais desoneração. E o parcelamento permanente em 15 anos com redução de multa e juros e assim ninguém vai pagar tributo em dia. O prejuízo é grande e não há necessidade de aumentar”, defende Silas Santiago.

“Neste ambiente de atividades econômicas, qualquer votação que afeta Estados e Municípios é indesejável. No mínimo é inconveniente votar isso agora. O foco do Simples são as microempresas. O CAF deve manifestar ao Congresso a necessidade de analisar com mais profundidade o projeto e que o Senado não conclua a votação este ano”, assegurou o ministro Ricardo Berzoini.

Retorno da CPMF

A retomada da Contribuição Sobre Movimentações Financeiras (CPMF) também foi debatida pelo Comitê. Sobre este item, Berzoini defendeu como “necessário” para fortalecer a arrecadação e enfrentar a crise. “Temos de buscar consenso na forma de distribuição”, afirmou.

“Somos parceiros nesta questão. A gente conseguiu ajuda dos governadores de alguns Estados. Acertamos que a distribuição seria por meio dos rateios do FPM [Fundo de Participação

dos Municípios], que beneficiam as regiões mais pobres do Brasil, mas estamos abertos ao diálogo”, disse Glademir Aroldi, em nome da CNM.

O 2º vice-presidente da CNM, Luís Sorvos, mencionou que a crise não é só da União. “Os Municípios não recebem contribuições e queremos que façam esta reflexão. Talvez, se o dinheiro chegasse nos pequenos Municípios, haveria mais equidade, e os problemas seriam resolvidos.”

há sensibilidade de os líderes votarem para com os prefeitos. Eu pessoalmente acho que sempre há uma boa vontade.”

O subchefe de Assuntos Federativos, Olavo Noletto, sugeriu uma mobilização em cima das lideranças da Câmara para colocar o projeto em votação.

Segunda reunião

Na segunda reunião, estiveram presentes alguns líderes partidários, em especial da base governista e do próprio governo, deputado José Guimarães (PT-CE). O ministro Berzoini os convocou, pois para dar andamento aos pleitos do movimento municipalista, é indispensável que os congressistas estejam envolvidos.

O presidente da AMA, Marcelo Beltrão, foi o representante da CNM nesta reunião. Em relação ao piso, ele tornou a defender o PLP 3.776. “Hoje os Municípios não têm condição nenhuma de incentivar a carreira do magistério. O Censo Escolar aponta para queda de matrícula. Assim, aumenta o valor do piso e não o valor repassado aos Municípios. A condição de dar esse reajuste será inviável.”

Temas não debatidos no primeiro encontro foram os Restos a Pagar e a prorrogação da Lei dos Resíduos Sólidos. Marcelo Beltrão aproveitou a oportunidade com o ministro Berzoini e pediu



Nalana Pontes/SG

ao governo um compromisso para com os RAPs. “Para encaminharmos as obras”, disse.

Segundo Berzoini, foram liberados R\$ 450 milhões de Restos a Pagar na semana que antecedeu a reunião. “E batalhamos por um estoque de R\$ 1,6 bilhão até o final de dezembro. Atendendo às emendas e aos prefeitos”, afirmou em resposta à demanda da CNM.

Em relação aos Resíduos Sólidos, uma das maiores preocupações dos gestores, a Confederação lembrou aos líderes que espera a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.289/2015. Ele determina novos prazos para a formulação da Política Municipal de Resíduos Sólidos e para o fim dos lixões, conforme o porte populacional dos Municípios.

O texto deste PL foi construído pelo governo federal em parceria com a CNM.

O ministro Berzoini disse que, em 2016, haverá uma “verdadeira caçada aos prefeitos, a qual já está acontecendo, mas irá se acentuar”. Ele sugeriu aos líderes um requerimento de urgência para que a Câmara aprecie ainda este ano o projeto em questão e, se possível, também o Senado. “Que o líder Guimarães trabalhe isso na base. Os prefeitos não têm a intenção de não cumprir a lei e serem punidos”, destacou.

A CNM trabalha para conseguir a maior parte dessas conquistas ainda este ano com objetivo de ajudar no encerramento de mandato dos atuais prefeitos.

A mais importante Marcha
dos 4 anos do seu mandato

XIX De 9 a 12/5/2016
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Reserve desde já esta data na sua agenda.
Divulgue sua participação nas redes sociais. #MarchaCNM

Crise nos Municípios

Estudo da Confederação divulga retrato da crise nos Municípios

Ao longo dos últimos anos, os gestores municipais têm presenciado os efeitos da crise sobre os cofres locais. E, desde então, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem alertando as autoridades para os problemas que isso pode causar. A situação chegou em um nível insustentável, e o mais recente estudo da entidade comprova isso: de 4.080 Municípios pesquisados, 98,5% estão sufocados financeiramente.

O percentual corresponde a mais de quatro mil cidades brasileiras, que a cada dia precisam apertar ainda mais, o já enxuto, orçamento municipal. Esse é o retrato da crise do ponto de vista municipal. Por se tratar de um tema amplo, o estudo da CNM foi dividido em duas etapas: pesquisa e análise dos dados.

A fase de pesquisa foi realizada no período de setembro até metade de novembro deste ano. Por meio de um questionário, a Confederação perguntou para os 5.568 Municípios existentes sobre os efeitos da crise, as áreas mais atingidas, as providências tomadas na gestão, dentre outros.

Desse total, 4.080 responderam à pesquisa, o que equivale a 73% das cidades brasileiras. Para 98,5% deles, a crise instalada no país já chegou à esfera municipal. Os efeitos recaem sobre duas áreas principais: a Educação e a Saúde.

A crise na Educação

A Educação é uma das áreas essenciais para a comunidade e diretamente afetada pela crise. Segundo a pesquisa da CNM, um conjunto de 2.844 Municípios enfrenta problemas no custeio da área. Para mais da metade desse grupo (58%), os recursos são insuficientes para manter as frotas de transporte escolar.

Quase na mesma intensidade, aparece a escassez de recursos para o pagamento do Piso do Magistério, citada por 56% dos respondentes. Também foram verificadas dificuldades para lidar

com a falta de merenda (21%) e com o fechamento de escolas (8,3%).

Vale lembrar que a Educação Infantil é de competência municipal e é a etapa com o maior custo de manutenção dentro da Educação Básica. O Plano Nacional de Educação (PNE) traz em sua meta de número 1 a universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade até 2016. Entretanto, não prevê nenhum auxílio financeiro para os Municípios cumprirem a proposta.

A crise na Saúde

A crise se manifesta de modo ainda mais grave na Saúde. Cerca de 3.350 Municípios relatam dificuldades com relação a essa área. O principal problema é a falta de medicamentos, mencionada por 66% deles. Em segundo lugar aparece a falta de profissionais da área, com 44% das citações, seguida da falta de médicos (40%).

Porém, esses não são os únicos entraves. A paralisação dos equipamentos de saúde foi realidade para quase 30% dos Municípios. Alguns deles, inclusive, registraram a retirada de ambulâncias de circulação e o fechamento de postos de saúde.

Recursos federais

Os problemas de custeio apresentados nas duas áreas são comprovados em outra questão da pesquisa. Quando perguntados se já enfrentaram dificuldades no recebimento de recursos federais, 68% dos participantes da pesquisa afirmaram que sim e nesta gestão.

Um dos principais pontos de preocupação é o atraso nos repasses, dificultando o planejamento das contas municipais. Ao todo, são 2.768 cidades que já enfrentam as consequências dessa prática. Para 65% delas, os atrasos obrigarão o Município a deixar Restos a Pagar (RAP) com empreiteiros e fornecedores neste ano.

Medidas emergenciais

Com tantos problemas financeiros, muitos gestores já começaram a tomar providências para amenizar os efeitos da crise. A mais comum foi reduzir as despesas de custeio, listada por 89% deles. O que quer dizer enxugar os custos da prefeitura com água, luz e material, por exemplo.

Sem recursos, o corte de pessoal foi mais uma medida adotada para sobreviver. A redução do quadro de funcionários aparece em segundo lugar, com 58% das respostas. Logo em seguida, fica a redução de cargos comissionados (55%).

Outras alternativas para amenizar os efeitos da crise foram: redução de salários de prefeitos e vereadores; alteração do horário de expediente dos órgãos municipais; desativação de veículos e equipamentos.

Enquanto os prefeitos tentam "fazer mágica" com o orçamento, na ponta final a comunidade sinaliza sua insatisfação com a crise. A maior parte se deu por meio de reclamações aos agentes políticos, como prefeitos e vereadores. O número de pedidos de auxílio financeiro, assim como emprego e cestas básicas, esteve presente em 76% do total de 4.080 Municípios pesquisados. Esse percentual é um indicador da percepção da crise pela população.

Final de ano

Dezembro já está próximo e fica a dúvida se os gestores vão conseguir fechar o ano com o pagamento em dia das despesas. Conforme alerta o estudo da CNM, a resposta da maioria é não. Para 43% dos Municípios pesquisados, o fechamento das contas não será possível. Certamente o cenário de instabilidade na economia brasileira aliado à queda de repasses vitais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), torna a missão dos prefeitos de fechar as contas em dia quase impossível.

Meio Ambiente

CNM alerta Municípios que abrigam

No último dia 5 de novembro um desastre chocou o país. O rompimento de uma barragem de mineração despejou dejetos que causaram destruição e morte no Município de Mariana, em Minas Gerais (MG). O Rio Doce – que abastecia mais de 200 Municípios – está praticamente morto. Com cerca de 853 km de extensão, seu curso representava a mais importante bacia hidrográfica da Região Sudeste.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acompanhou todos os detalhes desse acidente e aproveita para fazer um alerta aos Municípios que abrigam ou pretendem abrigar mineradoras. A CNM explica que mineração é considerada uma atividade de alto impacto social, econômica e ambiental. Abordar a atividade de mineração diante da legislação e diante dos impactos socioambientais em detrimento dos benefícios financeiros é um desafio.

Algumas legislações foram fomentadas e estabelecidas no país no que diz respeito às atividades de mineração, e, neste contexto, a CNM traz alguns esclarecimentos aos Municípios. Por exemplo, a Lei 12.651/2012 – Novo Código Florestal – nessa legislação, a prática da mineração é considerada como atividade que envolve o uso alternativo do solo e que se caracteriza pela substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo.

Novo Código Florestal

O Novo Código Florestal considera a mineração como de utilidade pública, exceto para a extração de areia, argila, saibro e cascalho. Por sua vez, a pesquisa e a extração de areia, argila, saibro e cascalho são consideradas na Lei como de interesse social. Diante desse contexto, o regime do Código Florestal entendeu que a mineração é uma atividade diferenciada.

Social e economicamente, a CNM explica que a mineração causa impactos positivos por meio



Antonio Cruz/Agência Brasil

da geração de empregos, bem como negativos, em razão da dependência que as mineradoras causam aos moradores residentes e aos trabalhadores que migram para as localidades onde elas se instalam. As relações de classe entre as mineradoras e a sociedade civil local criam uma dependência que, se não bem definida juntamente com políticas públicas locais, podem causar sérias desigualdades sociais.

Ambientalmente, a mineração é uma das atividades que causam alterações biológicas, geomorfológicas, hídricas e atmosféricas de grandes proporções.

Plano Nacional de Mineração

A publicação em 2011 do Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030) representa uma das diversas etapas e atribuições do Ministério de Minas e Energia (MME) para formulação de políticas e planejamento dos setores energético e mineral. Esse Plano é uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. Considerando que entre os principais objetivos do Plano destacam-se a consolidação do Marco Regulatório da Mine-

ração e a ampliação do conhecimento geológico.

Nesse mesmo contexto, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) também traz diretrizes a serem definidas para que a atividade de mineração cause menos impactos ambientais negativos, dentre as quais podemos citar:

- introduzir a consideração do risco climático nas políticas públicas do setor e fomentar sua consideração nas decisões empresariais;
- fomentar estratégias de articulação com Sindicatos e Federações de Indústria para o desenvolvimento de estratégias conjuntas de gerenciamento do risco climático em indústrias mineradoras localizadas em regiões sensíveis;
- mapear as áreas de risco;
- incluir o “risco climático” em todas as ações de planejamento das indústrias mineradoras; e
- atentar quanto à diminuição do conforto térmico, qualidade e segurança do ambiente de trabalho, dentre outros.

Atualmente, estão em funcionamento no Brasil cerca de 3 mil minas e 9 mil mineradoras, além de uma centena de garimpos legais e clandestinos, segundo um estudo do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) – unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

ou pretendem abrigar mineradoras



Antonio Cruz/Agência Brasil

Impactos ambientais das mineradoras

A Confederação faz um alerta de extrema importância para os impactos ambientais que podem ser causados pelas mineradoras. Entre eles, têm-se, principalmente, poluição da água superficial e de lençóis freáticos; assoreamento; poluição do ar; prejuízos ao ecossistema local; desmatamento; impactos causados na paisagem; extinção de espécies vegetais e animais; poluição do solo, dentre outros.

Por esses e outros fatores, a CNM chama atenção dos Municípios que abrigam ou irão abrigar mineradoras para que eles se previnam por meio dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e de Qualidade Ambiental no intuito de minimizar esses impactos.

A CNM lembra que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei – PL 5.807/2013 – que dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração (ANM) e dá outras providências.

Aspectos econômicos

É preciso se atentar para além dos aspectos econômicos que a atividade de mineração gera. Isso porque, quando um desastre de tamanha proporção social e ambiental como o de Mariana ocorre, torna-se visível que as medidas preventivas e de segurança para minimizar os impactos socioambientais nas localidades/territórios onde as mineradoras são instaladas e suas adjacências parecem irrisórias.

É vital para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, que os diversos dispositivos legais previstos na legislação brasileira sobre meio ambiente e de fiscalização sejam cumpridos à risca desde a idealização desses empreendimentos, à sua construção, funcionamento e manutenção.

Saúde

Governo federal anuncia parcelamento de principais recursos da Saúde

CNM alerta para novos prazos de pagamento

Mais atrasos em transferências de recursos da Saúde para os Municípios. O Ministério da Saúde e o Fundo Nacional de Saúde (FNS) confirmaram que serão alteradas para o final de 2015 as datas dos repasses de vários programas do governo federal. A falta de recursos seria a justificativa para o estabelecimento de um novo prazo.

A medida complica ainda mais a já difícil situação dos Municípios brasileiros. Os órgãos informaram que alguns blocos e ações não terão seus repasses feitos em dia no mês de novembro. Já para dezembro, está previsto o parcelamento de parte dos recursos que são enviados aos Municípios.

Em nota divulgada pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), dirigentes da Saúde já indicavam que o parcelamento de repasses do FNS aos Municípios seria feito em dezembro. A decisão deve incluir o bloco de Média e Alta Complexidade Hospitalar (MAC). A tendência é que aconteça o mesmo procedimento nos repasses para pagamento do 13º salário dos agentes comunitários de saúde e do Piso de Atenção Básica (PAB Fixo). Nesses casos, os pagamentos seriam feitos em dezembro de 2015 e janeiro de 2016.

Atrasos constantes

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informou que tem recebido vários relatos de gestores sobre atrasos do Bloco de Média e Alta Com-

plexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) por parte da União (via repasses fundo a fundo do FNS). A situação agrava ainda mais com a falta de repasses de alguns Estados para os Municípios.

A entidade cita que no Rio Grande do Sul vários prefeitos clamam por socorro em razão da falta de repasses para os hospitais. A situação não é um caso isolado e afeta profundamente vários Municípios.

Contradições do governo federal e prejuízos

A CNM informa que o atraso e o parcelamento dos recursos contradizem com o que foi dito anteriormente pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da própria Saúde. Os ministros das Pastas declararam que os cortes no orçamento não afetariam os principais programas da Saúde.

A Confederação lembra que tanto os atrasos nos repasses quanto os parcelamentos ferem nor-

mativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Ressalta, ainda, que o descumprimento afeta as relações federativas e submete a população ao colapso dos Serviços e Ações da Média e Alta Complexidade.

Por isso, a CNM alerta os gestores que essas condições podem causar inúmeros prejuízos, tanto para quem depende dos serviços do SUS, quanto para as prefeituras que precisam se organizar para pagar servidores e prestadores de serviços. Em 2014, um acordo firmado entre o Ministério da Saúde e o Conasems estabeleceu que as transferências do FNS aos Fundos Municipais seriam no dia 10 de cada mês para PAB Fixo e Teto Financeiro do MAC.

Outro prazo estabelecido seria em relação aos repasses dos programas de Assistência Farmacêutica, CEO/Samu, Complemento Teto Financeiro MAC, Farc Nefrologia e de convênios, contratos de repasses. Os recursos de todos eles estariam na conta dos Municípios no dia 30 de cada mês.

Confira abaixo outros repasses com seus respectivos prazos, conforme as informações do FNS:

Outubro

Segundo informe do FNS, em 15 de outubro, foram repassados aos Municípios os recursos financeiros relativos à parcela 8 (mês de agosto) do Piso Fixo da Vigilância em Saúde (PFVS). Os demais incentivos do Piso de Vigilância em Saúde das parcelas de agosto e setembro serão pagos no dia 30/10.

Novembro

O MS garantiu ao Conasems a normalidade dos repasses do mês de novembro. Eles seriam feitos no dia 10 do Bloco de Média e

Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) e Piso da Atenção Básica Fixo (PAB Fixo). No dia 30, seria a vez dos repasses do Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável) e demais incentivos.

Dezembro

Os recursos serão parcelados da seguinte forma: no dia 10, serão pagos 50% do Teto do MAC, recursos relativos ao 13º dos Agentes Comunitários de Saúde e PAB Fixo. A segunda parcela deve ser creditada no dia 2 de janeiro de 2016. Na ocasião, serão pagos 50% do restante do Teto MAC, a 12ª parcela do PAB Variável e o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), pertencente à MAC).



Saúde

Explode casos de microcefalia

Nos últimos meses, o Brasil tem vivenciado um aumento assombroso no número de bebês nascidos com microcefalia. A situação é tão grave que o Ministério da Saúde já considera um surto. Em seu último boletim, divulgado no dia 21 de novembro, a pasta afirma que foram notificados mais de 730 casos da doença no Brasil.

As ocorrências foram identificadas em 160 cidades, pertencentes a nove Estados brasileiros. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) publicou, recentemente, uma nota técnica específica sobre o assunto. A ideia é que o material possa ajudar os gestores desses locais.

O Estado que possui o maior número de casos é Pernambuco. Até o momento, já foram registrados 487, que correspondem a 65% das notificações de todo o Brasil. Em segundo lugar aparece a Paraíba com 96 notificações e, logo em seguida, Sergipe, com 54. Também foram registrados bebês com microcefalia em Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Ceará, Bahia e Goiás.

Como sinaliza a Confederação, a incidência dos casos está concentrada na Região Nordeste do país. Ao analisar os dados do Ministério da Saúde, o que se nota é um aumento exagerado no quantitativo de bebês portadores de microcefalia nesses nove Estados ao longo dos últimos cinco anos.

Em 2010, Pernambuco abrigava somente sete casos notificados ao órgão. Já em 2013, esse número subiu para 10 e no ano seguinte chegou a 12. Esse quantitativo é pouco significativo perto dos mais de 480 registrados neste ano.

Contudo, esse aumento se aplica a outros Estados também. No Piauí, apenas um caso foi notificado em 2010. No ano de 2014, esse quantitativo aumentou para seis e em 2015 são 27 novos relatos. Na mesma linha, o Rio Grande do Norte obteve o registro de somente um caso de microcefalia em 2014. Um ano mais tarde já foram pelo menos 47.

Desvendando as causas – Ainda não se

sabe exatamente o que causa a doença. Entretanto, estudiosos da saúde acreditam que pode haver uma relação direta com o Zika vírus. O Ministério da Saúde tem analisado todas as hipóteses com cautela. Enquanto não se tem uma resposta definitiva, o governo federal decretou Estado de Emergência em todo o país. O órgão também tem estabelecido emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos.

O perigo está no fato de que o mosquito transmissor do vírus da dengue, o *Aedes aegypti*, também pode abrigar o vírus da chikungunya e da zika. Análises laboratoriais e epidemiológicas têm sido realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, para comprovar se existe qualquer tipo de vínculo entre o vírus da zika e a microcefalia.

Foram colhidas amostras de duas gestantes da Paraíba, cujos fetos foram confirmados com microcefalia por meio de exames de imagem.

Os resultados identificaram a presença do genoma do vírus nas duas amostras. Apesar dos fatos, ainda é cedo

para afirmar que a zika desencadeia a microcefalia.

Os estudiosos relacionam a doença ainda com possíveis infecções adquiridas pela mãe, especialmente nos três primeiros meses de gestação. É nesse período que o cérebro do bebê está sendo formado. Dentre as infecções estão: toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus. Outros fatores como uso e abuso de álcool e drogas também podem interferir na saúde da criança.

Criadouros por região – Na nota técnica, a Confederação também revela o resultado do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA) produzido pelo Ministério da Saúde. Segundo o material, no Nordeste 76,5% dos criadouros do mosquito advêm de armazenamento de água, seja em tonéis ou caixa de água aberta, por exemplo. Nas outras regiões, esse percentual não ultrapassa os 25%.

O indicador da Região Nordeste sinaliza a necessidade de implementação de estratégias preventivas e de eliminação do vetor. A comunidade precisa estar atenta: água acumulada é o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*.



CNM traz orientações aos gestores

A CNM orienta os gestores municipais que comuniquem imediatamente todos os casos de microcefalia ao Ministério da Saúde para notificação. Aos profissionais de Saúde, a recomendação é que observem os sintomas da paciente e levantem seu histórico familiar. Assim, será possível descobrir distúrbios que podem afetar o sistema nervoso do bebê, avaliar sinais da microcefalia e ampliar a assistência ao pré-natal.

Veja abaixo algumas sugestões de ações que os Municípios podem implementar:

- criar e coordenar grupo intersetorial – saúde, educação, infraestrutura e defesa civil;

- promover uma limpeza na cidade, tapando buracos nas ruas e retirando entulhos das ruas;
- eliminar os criadouros do mosquito nas casas, no trabalho e nas áreas públicas;
- mobilizar e apoiar atividades das diversas lideranças sociais e comunitárias;
- assegurar o funcionamento permanente de serviços de coleta e tratamento de lixo;
- regulamentar a proibição do uso de caixa d'água nas regiões onde não há desabastecimento de água;
- intensificar ações que conscientizem a população a não deixar água parada.

Diálogo Municipalista 2015

Eventos no Centro-Oeste e Norte encerram

Em novembro, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu os últimos dois eventos do *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais*, um no Centro-Oeste e outro no Norte do país. Nesta quarta edição, o projeto foi voltado para as cinco macrorregiões brasileiras e levou em consideração as características de cada uma delas.

No Centro-Oeste, a capacitação ocorreu nos dias 11 e 12, em Caldas Novas (GO), com gestores goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Alguns agentes municipais de Municípios mineiros mais próximos a Goiás também estiveram presentes. Este encontro foi marcado pela forte participação de prefeitos, secretários e vereadores. Foi realmente um diálogo, uma troca de experiências.

O *Diálogo* culminou com a *Carta Municipalista do Centro-Oeste*, assinada pelos gestores presentes. O documento é endereçado ao governo federal, aos estaduais (MT, MS e GO), ao Congresso Nacional, à imprensa e à população regional. A Carta traz os principais pontos debatidos no encontro, que são as agruras pelas quais passam os Municípios da região e como os problemas podem ser amenizados.

A Carta

A *Carta Municipalista do Centro-Oeste* aponta:

- a necessidade de união entre os prefeitos dos três Estados (por conta das características comuns);
- resolução dos problemas municipais junto ao governo federal, como, por exemplo, o pagamento dos Restos a Pagar, o Encontro de Contas com a Previdência Social e a regularização imediata dos repasses dos royalties hídricos e minerais em atraso desde setembro de 2015 para inúmeros Municípios da região;
- imediata decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à nova distribuição dos royalties de petróleo que há três anos está parada na Suprema Corte;
- atenção especial por parte dos deputados federais e senadores para com a Pauta Municipalista, apresentada por todo o movimento durante a *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio deste ano, com matérias voltadas à reformulação do pacto federativo;

- a preocupação dos gestores por conta dos atrasos nos repasses de verbas de programas dos governos estaduais e federal intensificada pelo final de mandato;
- o apoio à retomada da Contribuição Provisória sobre as Movimentações Financeiras (CPMF), com a garantia da participação dos Estados e dos Municípios; e
- o novo entendimento do Ministério Público sobre a judicialização das políticas públicas.

Apoio das entidades



Apoiaram este *Diálogo* a Federação Goiana de Municípios (FGM), a Associação Goiana de Municípios (AGM), a Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul) e a Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM). Os dirigentes de todas essas entidades destacaram, em discurso, que o encontro foi uma oportunidade para a troca de experiências e orientações a fim de que as administrações municipais consigam finalizar este mandato sem prejuízos à população.

O integrante da Diretoria da CNM, Valdecir Colle, que é do Mato Grosso, falou sobre a quantidade de compromissos assumidos pelas prefeituras. “Vivemos forte crise, e os prefeitos se preparam para entregar os mandatos. São muitas responsabilidades.”

Presidente da FGM, Divino Alexandre fez menção à Pauta Municipalista. “Precisamos encontrar

uma saída para redistribuir ações e recursos; e somente o pacto federativo pode ajudar. Entendemos as dificuldades também dos gestores estaduais e precisamos estar unidos, se não vamos continuar apanhando ainda mais. Temos de acelerar a Pauta Municipalista este ano e tentar aprovar nossos interesses, porque ano que vem não teremos nada, em virtude do período eleitoral. Está aí a grande dificuldade”, alertou.

Na opinião do presidente da AGM, Cleudes Baré, este é um “momento inglório” vivido pelo Brasil. “A sociedade cobra e isso requer dinamismo extraterrestre e paciência de Jó para poder desvencilhar das dificuldades e dos embates com os Ministérios Públicos e do número de leis que vão se criando ao longo de tempo sem análise do que causam aos gestores municipais. Isso requer vigilância constante para sairmos com menos problemas e processos possíveis ao deixarmos nossos cargos”, ressaltou.

Baré disse que a única solução é a reformulação do pacto. “Infelizmente este modelo federativo estrangula os prefeitos. Podemos perceber que todos os prefeitos estão com problemas judiciais. Isso afasta o desejo de ser homem público, torna o político sem importância. Enquanto isso não mudar, o Brasil não muda. Quanto tem de dinheiro e quem fica com ele? Quais são as obrigações e a quem elas foram dadas? Se a mudança não ocorrer, vamos ficar vivendo com inglorias”, finalizou.

Representante da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), a prefeita de Juti (MS), Isabel Cristina, disse que este é o pior dos mandatos. “Um dos mais difíceis”. E que a preocupação é terminar a gestão com honra. “Nós que somos de Municípios pequenos que dependem de transferências sabemos o que temos sofrido. Se tivemos algum avanço foi através da CNM. Com a presença no *Diálogo*, o nosso objetivo principal é levar soluções para que possamos sair de cabeça erguida da administração”.

A Associação Mato-grossense de Municípios

na quarta edição do *Diálogo Municipalista*

(AMM- MT) foi representada pelo prefeito de Campo Verde (MT), Fábio Schoreter. Ele ressaltou que a carga de atribuições tem aumentado, e os recursos não vêm juntos. “Cumprimento a CNM e as entidades que muito bem têm representado os Municípios brasileiros. Que possamos encontrar soluções e levar mais qualidade de vida para nossa população”.

O *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais do Centro-Oeste* contou com painéis temáticos sobre o pacto federativo, Resíduos Sólidos, Educação, Finanças, Judicialização da Saúde e as Ferramentas em prol da gestão municipal.

Diálogo na Região Norte



Entre os dias 23 e 24 de novembro, foi a vez de os gestores da Região Norte do país participarem do *Diálogo Municipalista*. O evento ocorreu na cidade de Belém, no Pará, e reuniu mais de 170 pessoas entre prefeitos, secretários e vereadores. Assim como nas outras regiões, a programação abordava temas de relevância para os Entes federados.

Se a crise afeta centenas de Municípios em todo o Brasil, no Norte ela chega com muito mais força. “Nós estamos enfrentando uma crise sem precedentes”, destacou o presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), Paulo Titan, durante a abertura do evento.

Um dos fatores que agrava ainda mais a situação dos gestores da Região Norte é o chamado custo amazônico. Como explicaram os presidentes das entidades estaduais, esse custo encarece as operações por lá. Um saco de cimento vendido no interior do Pará custa mais que um saco de cimento na capital, por exemplo.

Nesse sentido, a presidente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (Amam), Consuelo Castro, explicou que a Região Norte tem a suas peculiaridades. “Nós do Marajó somos das comunidades ribeirinhas. Aqui, temos um custo amazônico. O nosso custo, para obras e todo o resto, é muito maior do que aqueles onde a estrada passa na porta. E nossas condições não são visualizadas, nós não fazemos parte dessa realidade”, justifica.

Em sua fala, Consuelo ressaltou a necessidade de apoio urgente da União. Para ela, o governo federal precisa voltar o olhar especialmente para as cidades de pequeno porte e com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A opinião da presidente foi reforçada por outros gestores municipais no encontro. Durante entrevista para a *Agência CNM*, a secretária de Educação de Breves (PA), Benedita Cirino, fez um desabafo: “A ilha do Marajó tem uma logística diferenciada. E o governo federal não nos vê como diferentes. Em Breves, nós temos 252 escolas na zona rural onde eu passo quase 18 horas para chegar até a última escola do Município, de barco, de lancha”.

Menos impostos

Na visão de muitos gestores, o *Diálogo Municipalista* foi uma oportunidade de expor essas demandas para a Confederação com a esperança de que pudessem ser levadas ao Congresso Nacional. Além de um olhar diferenciado para a região, uma das reivindicações locais é a criação do Simples Municipal.

Os gestores acreditam que, nesse cenário de crise, precisa haver uma tributação única para os Entes federados. Para eles, a diminuição do imposto seria uma forma de enfrentar a falta de recursos. “Se não os Municípios vão cada vez mais entrando em decadência e até diminuindo o seu tamanho”, alerta a presidente da Amam.

Para ajudar os Entes federados, a Confederação preparou um painel em que o enfoque eram justamente as formas de arrecadação municipal.

Na ocasião, os participantes receberam orientações para trabalhar de modo adequado esses impostos e puderam conferir dados específicos de cada Estado da Região Norte.

Além de Finanças, também houve painéis sobre o financiamento da Educação, judicialização da Saúde, modernização da gestão local, dentre outros.

Frente municipalista

Um dos destaques do *Diálogo* em Belém foi o lançamento da Frente Municipalista do Estado do Pará, que finalizou a programação do dia 23 de novembro. Composta por prefeitos e membros do parlamento, ela terá a missão de debater os assuntos de maior urgência para os Entes paraenses.

Entre os gestores que irão compor o grupo estão: o prefeito de Tomé-açu, Josehildo Taketa; o prefeito de Itupiranga, Benjamin Tasca; e o prefeito de Trairão, Danilo Vidal; todos do Pará. Também participarão os deputados João Chamon, Eliel Faustino e Hilton Aguiar. Esteve presente ainda o presidente do Tribunal de Contas Municipal (TCM), César Colares.

Durante sua fala, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Márcio Miranda, demonstrou entusiasmo com a criação do grupo de trabalho. Ele acredita que é importante o diálogo entre o parlamento e os Entes municipais.

Participação das estaduais

O *Diálogo Municipalista* na Região Norte foi promovido pela Confederação com o apoio das oito entidades estaduais: Associação dos Municípios do Acre (Amac); Associação Amazonense de Municípios (AAM); Associação dos Municípios de Roraima (AMR); Associação Rondoniense de Municípios (Arom); Associação dos Municípios do Estado do Amapá (Ameap); Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep); a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM); e a Associação Tocantinense de Municípios (ATM).

Boas práticas

Seminário em Brasília anunciará iniciativa mais votada do MuniCiência

Faltam poucos dias para ser apresentada a iniciativa inovadora mais votada no *site* do MuniCiência. Participaram desta última fase 15 ações bem-sucedidas, espalhadas por todo o Brasil. E a disputa foi acirrada. Para se ter uma ideia, desde a criação da página, em meados de outubro, até metade de novembro, foram registrados mais de 3,5 mil votos.

O MuniCiência é um projeto pioneiro idealizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Sua proposta é identificar e reunir experiências inovadoras implementadas pelos prefeitos que contribuam, significativamente, para a melhoria da gestão municipal. A ideia é que essas ações sejam posteriormente divulgadas e sirvam de exemplo a outros Municípios, formando, assim, um tipo de ciclo virtuoso.

Tudo começou a partir da seleção de cinco experiências inovadoras, uma de cada região do país, ao longo da fase-piloto do projeto. Essas iniciativas municipais foram apresentadas na *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada no mês de maio deste ano, onde também foi lançado o projeto.

Primeira fase – Passada a Marcha, a entidade construiu um regulamento e publicou chamada com o objetivo de reunir ainda mais práticas exitosas. Entre junho e agosto, a CNM recebeu projetos implementados em diversas cidades brasileiras, de pequeno porte até grandes centros urbanos. Então, uma comissão técnica selecionou as 20 propostas mais relevantes.

Ainda nessa primeira fase, foi solicitado que esses 20 Municípios enviassem informações complementares sobre suas iniciativas e também um vídeo com o prefeito da cidade. O gestor deveria explicar, de forma simples e objetiva, por que

aquele projeto era inovador.

Segunda fase – Os membros da comissão receberam os materiais e, após avaliação, selecionaram o total de 10 projetos. Eles foram somados aos cinco da fase-piloto, apresentados na Marcha, e levados à votação nacional. Para isso, a Confederação elaborou um *hotsite* dedicado ao projeto MuniCiência onde disponibilizou essas 15 iniciativas.

As inscrições foram abertas no dia 14 de outubro e seguiram até o dia 25 de novembro. Para ajudar na escolha, cada projeto trazia um vídeo com o prefeito da cidade. Também era possível fazer o *download* de um documento com mais informações sobre as atividades desenvolvidas e seus resultados. A votação era aberta: gestores, servidores municipais e toda a comunidade podiam participar. Durante os dois meses de votação, o *hotsite* do MuniCiência recebeu mais de quatro mil votos, o que demonstra o engajamento dos internautas com o projeto.

Reta final – Agora, na reta final, as cinco iniciativas mais votadas serão convidadas para um seminário nacional em Brasília. Nesse evento será revelada a melhor experiência, a partir da quantidade de votos. Ela fará parte de um estudo de caso da Confederação, que irá visitar o Município onde a foi desenvolvida para construir uma ferramenta que possibilite sua replicação no Brasil e em outros países. As duas outras iniciativas mais votadas também serão incluídas em uma publicação editada pela CNM.

Conheça as cinco iniciativas mais votadas na etapa nacional:

- **Astorga (PR):** Projeto calçada para todos
- **Bom Despacho (MG):** Projeto de inovação e modernização da gestão pública municipal
- **Pompéu (MG):** Políticas públicas sustentáveis
- **Rio Largo (AL):** Juntos pela segurança
- **Ubatuba (SP):** E-emprende fácil



MuniCIÊNCIA
SEMINÁRIO DE INICIATIVAS INOVADORAS NA GESTÃO MUNICIPAL
Dia 10/12/2015 • Brasília/DF
Faça sua inscrição e participe!
www.municiencia.cnm.org.br